

MACROECONOMIA

Risco – se conhece; se aprende com o erro.

Incerteza – não se conhece; não se aprende com o erro.

A macroeconomia estuda os “negócios comuns da vida” (Alfred Marshall) de forma agregada, ou seja, estuda o comportamento da economia como um todo.

Variáveis-chaves: (variáveis agregadas)

- 1 - produto total da economia;
- 2 - o nível agregado dos preços;
- 3 - o emprego e o desemprego;
- 4 - as taxas de juros;
- 5 - as taxas salariais e
- 6 - as taxas de câmbio.

Em macroeconomia, estudaremos fatores que determinam tanto os níveis dessas variáveis como suas mudanças no decorrer do tempo:

- 1 – a taxa de crescimento do produto;
- 2 – a taxa de inflação;
- 3 – as mudanças verificadas na taxa de desemprego nos períodos de expansão e recessão;
- 4 – a apreciação ou depreciação das taxas de câmbio.

PIB

O PIB mede a produção de bens e serviços **finais** dentro das fronteiras do país em determinado intervalo de tempo, avaliados a preços de mercado.

PIB NOMINAL – É o PIB calculado em termos de preços correntes de mercado. O PIB, que é essencialmente uma medida de *quantidades*, será sensível a variações do nível médio dos preços. Uma mesma produção física corresponderá a diferentes valores do PIB, à medida que o nível médio dos preços de mercado variar. Para corrigir isso, além de calcular o PIB em termos de preços correntes de mercado, os contadores da renda nacional também calculam o PIB *real*.

PIB REAL – É o valor do produto interno em termos de preços constantes, a partir de um ano base. Significa que os dados foram corrigidos das variações de preços. Os números medem o crescimento da quantidade efetiva de bens e serviços produzidos em determinado intervalo de tempo.

O PIB nominal muda sempre que a quantidade de bens produzidos muda ou quando os preços de mercado desses bens mudam; já o PIB real muda somente quando as quantidades produzidas mudam.

Dois tipos de bens utilizados no processo de produção são contabilizados no PIB:

- 1 – **bens de capital** produzidos no período corrente, e
- 2 – os **investimentos em estoques**. Os acréscimos aos estoques de bens finais não vendidos são parte do PIB porque são produção corrente. De modo similar, os investimentos em estoques de matérias-primas e semi-acabados também fazem parte do PIB, porque eles representam a produção corrente cujo valor não está embutido nas *vendas de bens e serviços finais realizadas no período*.

COMPOSIÇÃO DO PIB

- 1 – Consumo (bens de consumo duráveis, bens de consumo não duráveis e serviços);
- 2 – Investimento (investimentos fixos das empresas, investimentos em construção civil e investimentos em estoques);
- 3 – Compras de Bens e Serviços pelo Governo; e
- 4 – Exportações líquidas [exportações totais (brutas) subtraídas das importações]. As exportações líquidas representam o efeito direto (líquido) sobre o PIB das transações com o setor externo.

INVESTIMENTOS LÍQUIDOS

São os investimentos brutos menos a depreciação.

DEPRECIÇÃO – também chamada “provisão para consumo de capital”.

TAXA DE DESEMPREGO

É a porcentagem da força de trabalho que não está empregada.

INFLAÇÃO

Para calcular a taxa de inflação utilizamos um **índice de preços**: a medida do nível de preços agregado (ou geral) relativo a um ano base. A taxa de inflação é então calculada como a taxa percentual de variação do índice de preços em um determinado período. IPC: Índice de Preços ao Consumidor. Mede os preços de varejo de uma “cesta de mercado” fixa, que abrange vários bens e serviços adquiridos pelas famílias.

DESINFLAÇÃO

Diminuição da taxa de inflação.

DEFICIT DA BALANÇA COMERCIAL

É o excesso das importações em relação às exportações.

COMPORTAMENTO CÍCLICO DA ECONOMIA

Explicação geral dos determinantes do produto, do emprego e do nível de preços durante períodos de vários anos.

DEMANDA AGREGADA

Demanda total por bens e serviços.

DEFICITS GÊMEOS

Deficits orçamentários e da balança comercial.

LEITURA (somente partes sublinhadas) – pp. 17-39.

OS DOIS LADOS DAS CONTAS NACIONAIS

1 – o lado do **produto** (são medidas a produção e as vendas).

Existem duas medidas amplamente utilizadas para avaliar a produção global: produto interno bruto (PIB) e o produto nacional (ou interno) bruto (PNB).

PNB – inclui as rendas dos residentes e das firmas domésticas auferidas no exterior.

PIB – inclui as rendas resultantes de atividades de não residentes ou firmas estrangeiras atuando dentro do país. O PNB exclui esses itens. Os lucros auferidos em nosso país por uma firma estrangeira estariam inclusos no PIB mas não no PNB.

Para passar do PIB ao PNB somamos as rendas dos residentes e das firmas domésticas auferidas no exterior. Depois subtraímos as rendas obtidas no país pelos não-residentes e firmas estrangeiras.

2 – o lado da **renda** (mede-se a distribuição do resultado monetário das vendas)..

A medida central é a renda nacional.

RENDA NACIONAL

É a soma de todas as rendas dos fatores produtivos obtidas na produção de bens e serviços, contabilizadas em determinado período de tempo. As rendas de fator são devidas aos serviços prestados pelos fatores de produção **terra, trabalho e capital**.

PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO = produto nacional bruto menos depreciação.

RENDA NACIONAL = produto nacional líquido menos impostos indiretos e outros.

Enfim, RENDA NACIONAL = produto nacional bruto – depreciação – impostos indiretos e outros.

COMPONENTES DA RENDA NACIONAL

- 1 – Remuneração dos empregados;
- 2 – Lucros corporativos;
- 3 – Renda dos proprietários;
- 4 – Renda econômica dos indivíduos; e
- 5 – Juros líquidos.

RENDA PESSOAL e RENDA PESSOAL DISPONÍVEL

Na contabilidade nacional, a **renda pessoal** é a medida da renda total recebida pelos indivíduos, incluindo todas as fontes geradoras. Quando da renda pessoal subtraímos os pagamentos do imposto de renda, obtemos a **renda pessoal disponível** (após dedução dos impostos).

COMPOSIÇÃO DA RENDA PESSOAL DISPONÍVEL

- 1 – Dispêndios pessoais com consumo;
- 2 – Pagamento de juros;
- 3 – Transferências líquidas ao exterior; e
- 4 – Poupança pessoal.

PRODUTO POTENCIAL

O nível de produto real que a economia poderia produzir operando a altas taxas de utilização dos recursos.

FATORES DE PRODUÇÃO

Capital e trabalho.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Contas do Balanço de Pagamentos: x = exportação, m = importação.

É o registro contábil de todas as transações (comerciais ou financeiras) dos **residentes** de um país com o resto do mundo, durante determinado período (um ano, em geral). Essas transações são classificadas em duas categorias básicas:

- 1 – Transações correntes [balança comercial (sempre importação e exportação de **bens**; não inclui serviços), balança de serviços e rendas, transferências unilaterais];
- 2 - Conta Capital e Financeira; e
- 3 – Erros & Omissões.

A soma dos resultados das Transações Correntes e da Conta Capital e Financeira (levando em conta também os Erros e Omissões) fornece o Resultado do Balanço de Pagamentos. Se positivo, esse Resultado é igual ao aumento nas Reservas Internacionais do país (o estoque de moedas estrangeiras detido pelo Banco Central) resultante das transações externas no ano considerado. Se negativo, o Resultado do Balanço de Pagamentos define a redução ocorrida nessas Reservas.

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL = exportação menos importação.

RESULTADO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Mostra a variação no nível das reservas internacionais, ou reservas cambiais. Um resultado superavitário eleva tal nível; caso contrário, o diminui.

PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO SÃO DEFICITÁRIOS NA BALANÇA DE SERVIÇOS E RENDAS. POR ISSO ELES TÊM QUE SER SUPERAVITÁRIOS NA BALANÇA COMERCIAL PARA COBRIREM A DIFERENÇA.

PAÍS DESENVOLVIDO:

1 - SUPERAVITÁRIO NOS SERVIÇOS;

2 – DEFICITÁRIO NO COMÉRCIO.

PAÍS SUBDESENVOLVIDO: o inverso. Deficit em serviços: país do 3º mundo.

Royate – remuneração das tecnologias.

As reservas cambiais são expressas em

- 1 – ouro;
- 2 – dólar (a moeda é do país imperialista mais forte);
- 3 – títulos; e
- 4 – etc. É uma CARTEIRA.

Política monetária – taxas de juros.
Política fiscal – gastos públicos.
Política tributária – impostos.
Política cambial – taxas de câmbio (x dólar vale y real).

Década de 1980 – década perdida.
Década de 1990 – década vendida.

Correção monetária – criação da ditadura (Roberto Campos).

A DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA AUMENTA A EXPORTAÇÃO E ENCARECE A IMPORTAÇÃO.

Depreciação é diferente de desvalorização.

CÂMBIO

Flutuante: demanda e oferta de dólar.
Importar pede dólares.
Exportar oferta dólares.
Flutuação suja: compra e venda de dólares de acordo com a política.
Quem vende dólar? O BC dos EUA (economia e armas andam juntas).

Crise cambial: falta de dólares.

Dívida externa: total das dívidas pública e privada – 170 bilhões de dólares. A dívida privada é maior do que a pública.

IED – INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO. Investimento: acrescenta capacidade ao sistema econômico.

Exportador – vende em dólar – vai ao BC e compra ou troca por reais.

A cada 1000 reais, 450 estão retidos no BC – depósito compulsório.

LIQUIDEZ – CAPACIDADE DE TRANSFORMAR ALGO EM DINHEIRO. UM OBJETO QUE NÃO É COMPRADO NÃO TEM LIQUIDEZ.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO – TRIBUTO MAIOR DO QUE GASTOS.

Superávit primário – 4,25% do PIB menos 8% do PIB (juros para bancos) = -3,75% (deficit nominal).

DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA – AQUELA SEM AS RESERVAS INTERNACIONAIS.

Em economia, quase nada é natural.

Método científico é tentativa de explicar sem a interferência de uma divindade.

Keynes criou o FMI.

Sheel – Estatal da Holanda e Inglaterra.

ECONOMIA MONETÁRIA

MOEDA

É tudo que serve como meio de troca, no sentido de que é amplamente aceito como meio de pagamento.

FUNÇÕES DA MOEDA

- 1 – Meio de troca (evita a troca direta);
- 2 – Unidade de conta – equivalente universal. Serve como referência de valor.
- 3 – Reserva de valor.

O DESENVOLVIMENTO DA MOEDA

Da permuta à moeda.

O DINHEIRO-MERCADORIA

É aquele bem que tem o mesmo valor como unidade monetária e como mercadoria. A mercadoria eleita como dinheiro deve reunir uma série de qualidades que podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- 1 – Durabilidade;
- 2 – Mobilidade;
- 3 – Divisibilidade – ter múltiplos e submúltiplos;
- 4 – Homogeneidade – notas todas iguais (de 1, 5, 10, etc.);
- 5 – De oferta limitada – se for ilimitada deixa de valer alguma coisa.

DINHEIRO-MERCADORIA - DINHEIRO METÁLICO - PAPEL-MOEDA CONVERSÍVEL EM OURO - DINHEIRO FIDUCIÁRIO (o dólar, por exemplo. De fé: papel-moeda sem lastro) - **DINHEIRO BANCÁRIO** (bytes, pois se todos sacarem, o banco fecha).

Não existe papel-moeda sem Estado.

ECONOMIA – atentar para a causalidade, o efeito e os mecanismos de transmissão.

A DEFINIÇÃO EMPÍRICA DO DINHEIRO

M1 = Papel Moeda em Poder do Público (PMPP) + depósitos à vista nos bancos comerciais.

M2 = M1 + títulos federais em poder do público + FAF (Fundos de Aplicação Financeira) + DER (Depósitos Especiais Remunerados).

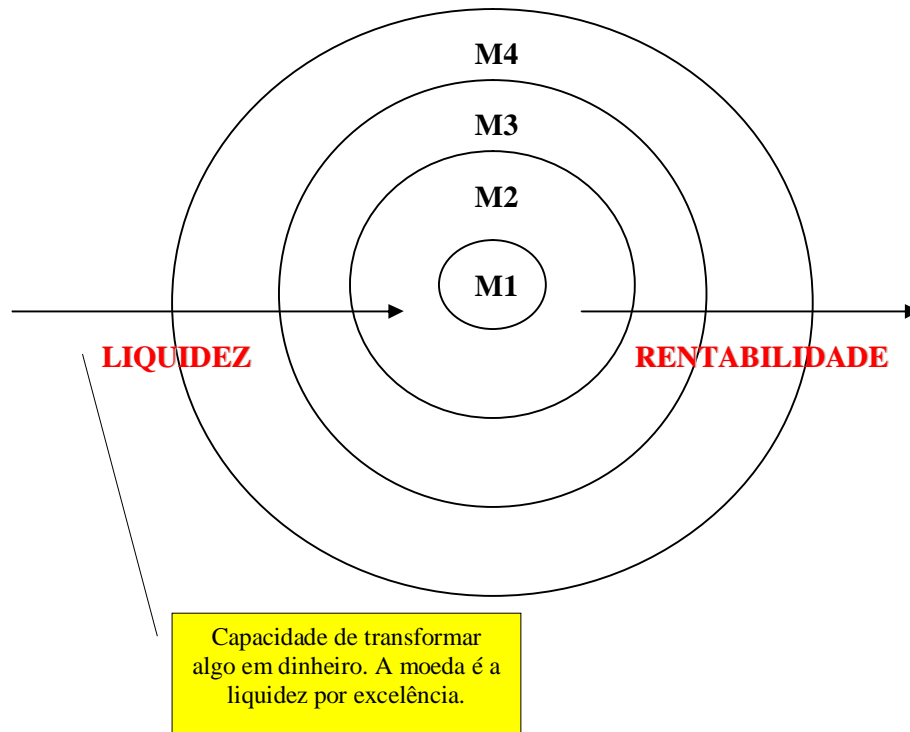
M3 = M2 + depósitos em poupança.

M4 = M3 + títulos privados (CDB e letras de câmbio).

M1 – não rende nada. Dinheiro do bolso não rende.

INFLAÇÃO: aumento contínuo dos preços de todos os produtos.

Papel-moeda – liquidez máxima e rentabilidade zero.



Trocas sem moedas = escambo.

A necessidade de moeda surge com o comércio, resultado do aparecimento de excedente econômico.

BANCO CENTRAL

- 1 – Depositário de reservas internacionais (todo dólar que entra no país tem que ir para o BC);
- 2 – Executor da política monetária;
- 3 – Fiscalizador do sistema financeiro;
- 4 – Empréstador de última instância.

Empréstimo de redesconto: um banco pede dinheiro ao BC para emprestar ao cliente.

45% dos depósitos em C/C vão para o BC. Sem isso, como o BC fará a política monetária?

Quem emite moeda é a Casa da Moeda por ordem do BC.

A moeda tem que aumentar de acordo com a produção de mercadorias.

Letra de câmbio – derivativo de uma nota promissória.

Debêntures – mais ou menos uma letra de câmbio.

X empresta dinheiro para Y.

X precisa de dinheiro.

X emite letras de câmbio lastreadas na dívida que será paga quando Y o fizer.

Debênture – título emitido pelo devedor.

Letra de câmbio – título emitido pelo credor.

ESTOQUE = PRODUÇÃO MENOS CONSUMO.

EUA – pulmão econômico do mundo.

Se o centro pega gripe, a periferia pega pneumonia.

RECESSÃO = CRESCIMENTO NEGATIVO.

INFLAÇÃO

O fim da inflação não melhora a distribuição de renda. Deixa de piorar. **Na inflação há um conflito distributivo** entre classes (ex.: banco versus comércio).

Deflação = queda contínua dos preços.

Hiperinflação = ninguém sabe quanto custa nada. O Brasil nunca a teve.

Estag-inflação = recessão com inflação.

Excesso de liquidez = excesso de moeda.

A inflação é o aumento persistente de preços e que acaba por ocasionar perdas de poder aquisitivo para a população do país. É um fenômeno monetário perigoso porque a elevação de um preço puxa outros, dando pontapé à uma bola de neve que pode ou não potencializar a inflação.

No Brasil há 3 índices básicos de inflação:

1 – **IPCA** - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE e serve de parâmetro para a política de meta inflacionária.

2 – **IGP** - Índice Geral de Preços da FGV. É a média ponderada do IPC (60%), IPA (Índice de Preços Atacados) (30%) e ICC (Índice da Construção Civil) (10%). Normalmente é o indexador dos contratos de aluguel.

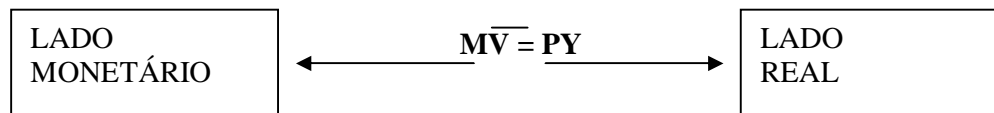
3 – **IPC** – Índice de Preços ao Consumidor, medido pela USP.

TIPOS DE INFLAÇÃO

1 – INFLAÇÃO DE DEMANDA

É acarretada basicamente por uma certa defasagem entre a quantidade ofertada e demandada, sendo essa última bem maior do que a primeira, causando uma pressão nos preços. Dentro desse contexto, a inflação de moeda é estritamente relacionada com a inflação de demanda, pois quando o governo pratica a emissão de moeda cria na população, a curto prazo, a idéia do aumento do poder aquisitivo. Essa “riqueza” inesperada poderá pressionar determinados segmentos de mercado que apresentam baixa elasticidade de oferta (**uma fábrica com 100% de capacidade instalada vai aumentar preço**). Para entendermos, vejamos a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM).

TQM



Onde V é constante no curto prazo.

M – Meios de pagamento (M1)

V – Velocidade renda da moeda (velocidade de circulação)

P – Preço

Y – Produto

2 – INFLAÇÃO DE CUSTOS

Se caracteriza basicamente por uma majoração endógena de determinados componentes do produto, tais como matéria-prima, salários, impostos, combustíveis, etc. Nesses casos, o comportamento da demanda não é um fator muito determinante no preço final dos produtos. Geralmente a inflação de custos está bastante associada a estruturas de mercado, oligopolizados, onde a disputa por segmentos de mercado não é feita através dos preços.

3 – INFLAÇÃO ESTRUTURAL

Está estreitamente relacionada com a ineficiência de serviços fornecidos pela infraestrutura de uma determinada economia. Essa ineficiência eleva desnecessariamente os custos dos serviços prestados pelo governo, acarretando, dessa maneira, uma majoração dos custos de produção e em seguida o aumento dos preços das mercadorias no mercado. Ex.: estradas ruins aumentam o custo dos transportes.

4 – INFLAÇÃO INERCIAL

A própria taxa de inflação pode apresentar severos focos de resistência devido a fenômenos de expectativas e de realimentação. Não é, portanto, uma elevação de preço que tenha origem em excesso de demanda nem num aumento de custos, existindo apenas por realimentação.

Com isso a inflação não é dissipada porque a elevação de preços passada sempre se reproduz. A inercialidade dos preços pode ocorrer por contratos que atrelam o aumento de determinado preço a um índice de preço (**esse é o mecanismo de transmissão**). Nesse caso, a taxa de inflação é resistente devido à realimentação.

OBS: Em todo processo inflacionário é intrínseco um conflito distributivo entre os agentes econômicos.

Concorrência é um processo de assimetrias e não de igualdade. Concorrência é sempre “imperfeita”, competidores desiguais.

Para combater a inflação inercial: desindexar indexando (ex.: URV).